

## AS CARACTERÍSTICAS E OS EFEITOS DO RACISMO NA EDUCAÇÃO

Mário Alves dos Santos

**RESUMO:** O Racismo é histórico e estrutural. No decorrer dos tempos ele tomou várias formas e, sua expressão está desde as atitudes mais simples das pessoas, até as mais perversas. Muitos não se dão conta de que é racista e, aqueles com bom senso, quando fazem uma autoanálise, percebem o quanto são danosos os efeitos de tais manifestações de racismo. A escola acaba sendo um dos ambientes que reproduzem tal racismo. Sendo assim, até de forma inconsciente, a palavra raça está presente cotidianamente em nossas vidas, na educação informal e infelizmente, na formal também. Faz-se necessário uma junção de esforços com coletivos organizados e não organizados para tentar diminuir e até mesmo extinguir essas atitudes racistas que se apresenta com inúmeras características e que seus efeitos são devastadores para o ser humano enquanto cidadão e pessoa com direitos iguais demais, não importando sua cor.

**Palavras-chave:** Racismo. Estrutural. Institucional. Movimentos. Educação.

### INTRODUÇÃO

No presente texto discorreremos acerca das características do racismo bem como seus efeitos para as relações raciais na instituição escola por meio da educação formal. Essas são questões de grande relevância considerando o contexto atual bem como a necessidade de uma compreensão mais aprofundada desse assunto no intuito de que haja uma apropriação daquilo que dizem alguns autores e, o que se propõe enquanto igualdade racial a partir da análise histórica e suas implicações contemporâneas e para o futuro.

Iniciaremos trazendo as considerações de Fernandes (2007) sobre democracia racial e, na sequência falaremos sobre teoria racial conforme reflete Schwarcz (1993). Depois refletiremos um pouco no que diz Domingues (2004) sobre racismo e branqueamento e, traremos três concepções de racismo: Individual, Institucional e Estrutural a partir de Almeida (2019). Fecharemos com Gomes (2017) a qual traz a luta do movimento negro enquanto educador e por emancipação bem como o repensar da escola destacado por Cavalleiro (2001). Estaremos trazendo ainda outros recortes de autores que discutem a questão do racismo, inclusive que denunciam suas várias formas. Essas formas não só estão nas rodas de conversas, nas brincadeiras ou no próprio fato de se esquivar em defender atitudes racistas,

mas também presentes nos espaços escolares, nas atitudes diretas e indiretas de profissionais e alunos.

Ainda faremos referência a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 para refletirmos acerca da importância de termos nas unidades escolares um currículo que contemple a história e a cultura afro-brasileira e assim seja capaz de possibilitar um conhecimento livre dos entraves históricos que tem persistido na racialização de indivíduos e, conseqüentemente determina de forma preconceituosa quem terá sucesso ou não na vida.

## **1 O RACISMO E SUAS FACETAS**

Vivemos hoje, tempos em que muito embora haja grandes manifestações de racismo, essa questão não é discutida na mesma proporção em que ocorrem as discriminações raciais. Um dos motivos pelo qual isso acontece tem a ver com a ideia de que vivemos em um país racialmente democrático. Para Fernandes (2007) essa ideia de democracia racial foi criada no mundo colonial por conta de se inserirem mestiços nas “grandes famílias”. Isso como reação a mecanismos efetivos de ascensão dos mulatos. Ele continua dizendo que “O essencial, no funcionamento desses mecanismos, não era a ascensão social de negros e mulatos ou a igualdade racial. Mas a hegemonia da ‘raça dominante’.” (FERNANDES, 2007, p. 44). Com isso podemos refletir de que mecanismos intencionais tinham como intuito simplesmente a racialização e a discriminação racial a partir da supremacia de uma determinada raça sobre a outra, e não o contrário.

Ao falar sobre a necessidade de compreensão das teorias raciais no Brasil, Schwarcz (1993) enfatiza que se constitui como desafio tal entendimento tanto quanto a vigência quanto a absorção de tais teorias e, isso não está na procura do uso ingênuo do modelo de foram e enquanto tal desconsiderá-lo. Daí a autora fala de que é interessante refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país. (SCHWARCZ, 1993, p. 28).

Assim, podemos dizer que há no Brasil certa resistência em se falar de questões raciais seja de forma direta quanto indiretamente. Tais atitudes dão

margem para que a falsa ideia de democracia racial predomine e, que os indivíduos não considerem relevante discutir tais questões principalmente na prática.

Hoje, muito embora existam legislações que de alguma forma signifiquem grande avanço se comparadas ao que era previsto em lei da colônia ao império, ainda permanece os vestígios da discriminação racial institucionalizada. Ao falar sobre esse passado tenebroso, Domingues (2004) vai nos mostrar que essa discriminação foi uma prática comum no Brasil desde a colônia até o império e república, se traduzindo em forma de lei.

A história escondida nos mostra as injustiças sofridas pelas pessoas de pele escura durante séculos. Muitos eram privados dos seus direitos básicos e fundamentais para se ter dignidade enquanto ser humano. O racismo institucionalizado e disfarçado causou grandes danos à sociedade e, ainda permanece por todos os cantos.

Existem tipos de racismos camuflados e que na maioria das vezes não são percebido por grande parte das pessoas ou são ignorados por conta de hierarquias e privilégios. As inúmeras formas de racismo existentes hoje não são apenas frutos de algo moderno e que nasceu nos tempos atuais. Tudo começa na subjetividade passa por uma grande estrutura e é reproduzido nos espaços institucionais. Podemos destacar três tipos de concepção de racismo existente hoje. Primeiro é o racismo individualista o qual seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados. A concepção individualista pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente “preconceito”, a fim de ressaltar a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua natureza política. Depois temos a concepção institucional que seria o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. E por fim a concepção estrutural que em suma significa que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2019, p. 36; 37; 47)

Tais concepções mostram que o racismo é bem mais abrangente do que se imagina e está presente não só em atitudes individuais, mas também em grupos e instituições. Isso mostra que nessa caminhada até aqui ainda permanecem vestígios do passado. Mas se ainda se ainda não conseguimos apagar as marcas do passado e inclusive temos repetido equívocos outrora cometidos, o que se tem feito e o que

fazer agora para que possamos caminhar pra frente numa perspectiva de superação dessas mazelas? Qual o caminho a seguir?

## **2 A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO DA SUPERAÇÃO E NÃO COMO REPRODUTORA DE DIFERENÇAS**

A esperança ainda é a educação. A educação é o caminho para uma transformação e superação de práticas que no decorrer da história só causaram malefícios e que tem continuado a causar. Mas essa educação formal que estamos falando e que está na escola não pode estar a serviço de um sistema racista. Hoje, infelizmente “A escola não cumpre apenas a função de consagrar a “distinção” – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas [...] (BORDIEU, 2007, p. 321). Por isso é preciso que a educação seja repensada e que a escola venha agregar e trabalhar a diversidade existente na sociedade. Para discutir questões raciais é imprescindível que se considere legislações como a Lei 10.639 de 2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A implementação de políticas educacionais não pode prescindir da realidade sociocultural brasileira. O Brasil é uma imensa nação cujas características principais não se reduzem às desigualdades socioeconômicas. É um país marcado, também pela diversidade cultural e racial (CAVALLEIRO, 2001, p. 85). Enfim, que essas desigualdades sejam consideradas nos currículos escolares e que esses sejam de relevância para tantas crianças, jovens e adultos negras e negros que precisam superar esse peso histórico que é o racismo em todas as suas formas. Que assim como afirma Gomes (2017) as teorias educacionais considere os saberes produzidos pelo Movimento Negro que tanto lutou e tem lutado por igualdade racial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS E/OU CONCLUSÕES**

Portanto, vimos que historicamente o racismo se mostrou presente de todas as formas. Que existem concepções para esse racismo como por exemplo a individualista, institucional e estrutural. Vimos ainda que muito embora esse racismo

tão perverso por tantos séculos deixou marcas que persistem até hoje, porém, que pode ser extinguido com o empenho principalmente da educação por meio das escolas. Infelizmente, hoje a escola não tem cumprido seu papel de servir a sociedade diversificada e de todas as cores. Mas se todos fizerem uma leitura crítica das políticas públicas e aplica-las de modo a contemplar a sociedade com suas diferenças, com certeza o futuro será promissor.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 06 de out. de 2020.

BORDIEU, Pierre. 1930-2002. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2004.

FERNANDES, Florestan 1920-1995. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. Revista. São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.